PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

Termo de Colaboração nº 2901.02.06.2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DO RECIFE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO, na forma abaixo:

O MUNICÍOIO DO RECIFE, entidade de direito público interno, sediado no Cais do Apolo, nº 925, no bairro do Recife, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.565.000/0001-92, neste ato representado pela Secretária de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, Sra. ANA RITA SUASSUNA WANDERLEY, brasileira, casada, assistente social, inscrita no CPF/MF sob o nº 544.834.334-15, portadora da cédula de identidade nº 2.855.735-SDS/PE, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada Administração Pública, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO, doravante denominada ENTIDADE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.371.537/0002-49, com sede na Rua da Aurora, nº 325, Sala 915, Edf. Ebano, Boa Vista, Recife/PE, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. BERND JOSEF ROSEMEYER, alemão, solteiro, bacharel em direito, inscrito no CPFMF sob o nº 623.772.214-91, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº Y040670-T, residente e domiciliado na Rua Senador Alencar, nº 1324, Centro, Fortaleza/CE, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público n. 002 de 2019, tendo em vista as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução de serviço de acolhimento institucional, na modalidade casa-lar, para 20 (vinte) crianças/adolescentes na faixa etária de 07 (sete) a 13 (treze) anos, do gênero masculino, inclusive com deficiência se houver demanda, em situação de rua, vulnerabilidade e risco social, sob medida de proteção, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

DO PLANO DE TRABALHO

CLÁUSULA SEGUNDA: Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

PARÁGRAFO ÚNICO: Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por termo aditivo ou por apostilamento, nos termos do art. 57 da Lei nº 13.019/14, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014:

I) Por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e

II) De ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUARTA: Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos pela Administração Pública no valor total de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) à conta da Dotação Orçamentária 5901.08.244.1.204.2.519, Elemento de Despesa: 3.3.50.43, Fontes: 245, subelemento: 1, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA: A liberação dos recursos financeiros se dará em 06(seis) parcelas, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019.

§1º. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I) Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II) Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III) Quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

§2º. A verificação das hipóteses de retenção previstas no §1º. ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I) A verificação da existência de denúncias aceitas;

II) A análise das prestações de contas anuais;

III) as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV) A consulta aos cadastros e sistemas municipais que permitam aferir a regularidade da parceria.

§3º. O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração, nos termos da §1º, inciso II, desta Cláusula

DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA SEXTA: Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela Administração Pública, serão mantidos na conta corrente 70.453-9, Agência 0697-1, Banco 001.

§1º. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

§2º. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§3º. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

§4º. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

§5º. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, nos casos em que seja demonstrada a impossibilidade física de transferência eletrônica.

§6º. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizada a continuidade do ajuste pelo dirigente máximo do órgão contratante.

DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

§1º. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I) Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

II) Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

III) Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

IV) Comunicar a OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

V) Analisar os relatórios de execução do objeto;

VI) Analisar os relatórios de execução financeira;

VII) Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;

VIII) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA;

IX) Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

X) Retomar os bens públicos em poder da OSC, na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

XI) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII) Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

XIII) Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV) Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Colaboração;

XV) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVI) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVII) Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

XVIII) Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

XIX) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

§2º. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;

II) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III) Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

IV) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V) Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

VII) Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII) Prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

IX) Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X) Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA... Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

XI) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

a) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b) Garantir sua guarda e manutenção;

c) Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f) Durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Publica e prévio procedimento de controle patrimonial;

XII) Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII) Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI) Observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, o disposto nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/14;

XVII) Observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVIII) Comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

XIX) Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

XX) Submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XXI) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXII) Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIII) Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

art. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

CLÁUSULA NONA: A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo necessária, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, e facultada a utilização de portal de compras que venha a ser disponibilizado pela administração pública municipal, nos termos do art. 80 da Lei Federal nº 13.019/14.

§1º. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

§2º. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

§3º. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo admitida, excepcionalmente, a realização de pagamentos em espécie quando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica.

§4º. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

I) Pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

Procuradoria Geral do Município Prefeitura do Recife PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

II) Incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§5º. É vedado à OSC:

I) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II) Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do órgão ou entidade pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III) Pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

§6º. É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

§1º. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

§2º. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

I) Designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de co'ntrole e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

II) Designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III) Emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014);

IV) Realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

V) Realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria;

VI) Celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VII) Examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII) Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

IX) Poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

I. poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§3º. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

§4º. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§5º. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

§6º. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal.

§7º. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

§8º. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

§9º. A visita técnica *in loco*, de que trata o inciso IV da Subcláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§10. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública municipal. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

§11. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Subcláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

§12. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

§13. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I) extinto por decurso de prazo;

II) extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III) denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

Procuradoria Geral Município Prefeitura do Recife PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

IV) rescindido, por decisão unilateral da Administração, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

I) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

II) Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

III) Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

IV) Violação da legislação aplicável;

V) Cometimento de falhas reiteradas na execução;

VI) Malversação de recursos públicos;

VII) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

VIII) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

IX) Descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

X) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

XI) Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo do órgão partícipe; e

XII) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

§1º. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

§2º. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

§3º. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial, caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

§4º. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

§1º. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

Nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública; e

Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da Administração.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Politicas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§2º. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

DOS BENS REMANESCENTES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

§1º. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

§2º. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a Administração Pública, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

§3º. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

§4º. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública federal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: No caso de parcerias com vigência superior a um

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA... Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/14, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

§1º. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

§2º. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§3º. O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

I) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;

II) A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e

V) Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

§4º. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I) Dos resultados já alcançados e seus benefícios;

II) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

III) Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§5º. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

§6º. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/14, conterá:

I) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III) Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

V) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias; e

VI) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:

a) Avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e

b) Descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes: aos impactos econômicos ou sociais; ao grau de satisfação do público-alvo; e à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§7º. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia,

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula Quarta, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea "b" do inciso VI da Subcláusula anterior.

§8º. A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

§9º. Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a OSC para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§10. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I) A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II) O extrato da conta bancária específica;

III) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

IV) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

V) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

§11. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

Procuradoria Geral Município Prefeitura do Recife PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

I) O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II) A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

§12. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§13. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

I) Sanar a irregularidade;
II) Cumprir a obrigação; ou
III) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

§14. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

§15. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

§16. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I) Caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

a) A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) A retenção das parcelas dos recursos; ou

I- caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

a) A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

b) A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

§17. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

§18. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/14, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

§1º. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§2º. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

§3º. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

I) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II) A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

III) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;

V) Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;

VI) O comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e

VII) A previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o art. 46, I, da Lei Federal nº 13.019/14.

§4º. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I) Dos resultados alcançados e seus benefícios;

II) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III) Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§5º. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

§6º. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

I) Relatório Final de Execução do Objeto;

II) Os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III) Relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e

IV) Relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§7º. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula Quarta.

§8º. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância da Subcláusula Quarta, assim como poderá dispensar que o parecer técnico de análise da prestação de contas final avalie os efeitos da parceria na forma da Subcláusula Sétima.

§9º. Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula Sexta concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

§10. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I) A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III) O extrato da conta bancária específica;

IV) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

V) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VII) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Procuradoria Geral
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§11. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I) O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II) A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

§12. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

§13. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I) Aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II) Aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III) Rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) Omissão no dever de prestar contas;
b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§14. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

§15. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§16. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

§17º. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

§18. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

§19. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Subcláusula Décima Sétima no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Secretário ou do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

§20. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

II) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

§21. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

§22. O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I) Não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§23. Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Primeira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§24. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§25. Os documentos incluídos pela OSC na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

§26. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Procuradoria Geral
Prefeitura do Recife

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA... Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com a legislação aplicável, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I) Advertência;

II) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou ente público municipal que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

§1º. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§2º. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

§3º. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

§4º. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário.

§5º. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Secretário, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

§6º. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

DA DIVULGAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do órgão ou entidade pública municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pelo órgão ou entidade pública municipal.

DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas à Procuradoria Geral do Município, para prévia tentativa de solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei Federal nº 13.019/14.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca do Recife.

Procuradoria Geral
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Recife, 01 de agosto de 2019.

ANA RITA SUASSUNA WANDERLEY
Secretária de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos

BERND JOSEF ROSEMEYER
Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
ENTIDADE

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF n°. _____

2. _____
CPF/MF n°. _____

documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DO RECIFE

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 2901.02.06.2019, FIRMADO EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

Base Legal:	*Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei Federal n. 13.204/2015, de 14 de dezembro de 2015*
Interessados:	O **MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE** DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS **E A** ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO.
Objeto:	O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução de serviço de acolhimento institucional, na modalidade casa-lar, para 20 (vinte) crianças/adolescentes na faixa etária de 07 (sete) a 13 (treze) anos, do gênero masculino, inclusive com deficiência se houver demanda, em situação de rua, vulnerabilidade e risco social, sob medida de proteção, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.
Prazo:	De 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014.
Preço Global:	R$ 700.000,00 (setecentos mil reais).
Dotação Orçamentária:	nº 5901.08.244.1.204.2.519 - Elemento de Despesa 3.3.50.43 - Fonte: 245.
Nota de Empenho	nº 2019.00935
Fonte dos Recursos:	Fundo Municipal de Assistência Social – FMS – Desenvolvimento das Ações de Proteção Social Especial

DIV019155Mariângela/Mari
2019.02.003466

Procuradoria Geral
Prefeitura do Recife
PGM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAPHAELLE GALENO RODRIGUES LIMA. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/, informe o processo 2019.02.003466 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direit e o código 2CFB1B